

MEMÓRIA E MITOS DA GUERRA PENINSULAR EM PORTUGAL

A Historia Geral da Invasão dos Franceses

de José Acúrsio das Neves* ⁽¹⁾

Propomo-nos revisitar a matriz da memória histórica da guerra anti-napoleónica em Portugal, remontando à época em que se desenrolaram as campanhas militares na Península Ibérica. Não intentamos fazer paráfrase do que foi escrito, mas dar voz ao que não foi dito, começando por descodificar a linguagem, os mitos e as expectativas dos homens que pegaram na pena não para selar o desfecho da guerra e cantar vitória, mas que, acima de tudo, pretenderam assinalar o começo da uma nova era.

De urna forma ou de outra, os autores que, em primeira mão, narraram os acontecimentos acusaram o choque e o trauma provocados por um confronto tão brutal quanto indesejado. Procuraram dar um sentido ao que se estava a passar. E quiseram ajustar contas com o presente, seleccionando factos memoráveis e relatando episódios vividos e testemunhados, cuja interpretação submeteram a posterior confirmação e público desmentido.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e CHSC- FCT.

⁽¹⁾Uma primeira versão deste texto foi apresentada e discutida no Seminário Internacional: "Vivir en Tiempos de Guerra. Gobierno, Sociedad e Cultura en la Peninsula Ibérica (1808-1814)", realizado na Facultad de Geografía e Historia da Universidade Complutense de Madrid, a 5, 6 e 7 de Março de 2008. Neste artigo desenvolvemos e aprofundamos o tema aí exposto.

No campo dos relatos produzidos sobre a guerra, os quais, insisto, se sobrepõem à trama política da actualidade, a obra de José Acúrsio das Neves, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, publicada em Lisboa, na oficina de Simão Tadeu Ferreira, em 5 tomos, entre 1810 e 1811, reveste, pela crítica das fontes, pelo método que utiliza e pelo sentido que imprime ao tempo presente um carácter primordial, pese embora a sua intencional dimensão inacabada, pois só abarca os primeiros anos da guerra (1807-1808). No decurso da redacção da *História Geral da Invasão dos Franceses*, o apontamento que assinala o carácter transitivo da escrita autoral - "a luta dura ainda, e não me é lícito prever até onde me conduzirá o fio dos sucessos, e qual será a extensão da minha obra"⁽²⁾ - reporta a circunstância do trabalho do narrador e a sua contingência histórica, mas não o sentido teleológico da narrativa, como teremos oportunidade de demonstrar.

O combate pela História

Comecemos por fixar, em breves traços, a formação do autor da *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. José Acúrsio das Neves (1766-1834), figura controversa no seu tempo, formado segundo o modelo da ilustração pós pombalina, foi um espírito reformista devotado à causa pública e um defensor da monarquia absoluta esclarecida. Concluiu a licenciatura em Leis, em 1787, na universidade reformada de Coimbra. Depois de habilitado ao exercício da magistratura, foi nomeado, em 1795, juiz de fora em Angra, na Ilha Terceira dos Açores e aí ascendeu, volvidos quatro anos, ao cargo de corregedor de comarca. Servindo as justiças régias no reinado de D. Maria I, escreveu, no período de permanência em Angra, a *Memória Geográfica, Política, Económica da Ilha Terceira* destinada a apreciação do ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Este trabalho respondia ao propósito enunciado na oração panegírica que oferecera ao presidente do Desembargo do Paço, Luís de

⁽²⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 1, in *Obras Completas*, Estudos introdutórios de António Almodovar e Armando de Castro, Porto, Edições Afrontamento, vol. 1, 1984, p. 143.

Vasconcelos e Sousa, datada de 1794, em que, a coberto dos benefícios "da luz da Razão", afirmava pretender ser "útil à Pátria e aos [...] Soberanos pelo caminho das Letras"⁽³⁾ 4.

Em concertação com o programa ilustrado do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja exequibilidade dependia da elaboração de um cadastro moderno do país, ou melhor, de um "mapa aritmético-político do reino"⁽⁴⁾ adequado à modernização de todas as esferas do direito público - da economia à estatística, da administração à assistência e ao ensino público⁽⁵⁾ -, José Acúrsio das Neves, também imbuído "de algumas ideias tiradas dos publicistas que andavam mais na moda"⁽⁶⁾, começou por explorar na *Memória Geográfica, Política, Económica da Ilha Terceira* os recursos daquela parcela do arquipélago Atlântico português, inscrevendo o bom governo da região no progresso económico do país. Depois de confiá-la ao parecer de D. Rodrigo, sentiu-se obrigado a aprofundar, a seu conselho, os seus conhecimentos de economia política, tendo acatado a sua indicação de leitura de *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith. A "continuada correspondência" que manteve com aquele esclarecido governante, que transitou do Ministério para a presidência do Erário Régio, foi-lhe abrindo, conforme confessa, "uma nova carreira"

(3) José Acúrsio das Neves, *Ao Ulmo e Exmo Senhor Luís de Vasconcelos e Sousa, do Conselho de Sua Majestade e Presidente do Desembargo do Paço em sinal de gratidão O.D.C. por... opositor aos lugares de Letras e advogado da Casa da Suplicação* [1794], in *Obras Completas...*, vol. 6, Porto, Edições Afrontamento, 1987, p. 195.

(4) Expressão de um dos mais próximos colaboradores de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o desembargador da Relação do Porto e conselheiro da Fazenda José António de Sá, autor das principais instruções produzidas neste domínio: *Compendio de observações, que formam o plano da viagem política e philosophica que se deve fazer dentro da pátria*, Lisboa, Officina de Francisco Borges de Sousa, 1783; e das *Instruções geraes para se formar o Cadastro, ou mapa arithemico-politico do reino, feitas por ordem de S. A. o Principe Regente nosso senhor*, Lisboa, Regia Officina Typographica, 1801.

(5) Veja-se, por todos, o bem documentado estudo de Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, Paris-Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2º vol, 2006, p. 97 ss..

(6) José Acúrsio das Neves, *Manifesto em que o Desembargador José Acúrsio das Neves expõe e analisa os procedimentos contra ele praticados pelos ex-regentes do reino e os seus fundamentos* [1822], in *Obras Completas... cit.*, vol. 6, Porto, Edições Afrontamento, 1987, p. 207.

e um melhor entendimento da magistratura, do executivo e do interesse público em geral⁽⁷⁾.

Nos alvares do século XIX, José Acúrsio das Neves defendia, abertamente, projectos de melhoramento da sociedade civil que visavam a promoção da indústria e o incremento do liberalismo económico, na linha de Adam Smith, David Hume e de Jean Baptiste Say. As orientações colhidas nestes autores, embora fundamentais para a conformação de um modelo de desenvolvimento económico de tipo liberal, apresentavam-se, contudo, limitadas na sua aplicação pela hegemonia conferida à acção preponderante do Estado na economia, contradição inscrita na formação do jurista José Acúrsio das Neves, e que decorria, basicamente, da sua ligação primordial à herança política do pombalismo.

Gozando da protecção do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, permaneceu no reino depois da partida da Corte para o Brasil, em 29 de Novembro de 1807. Mas só em 1810 vem a exercer, de novo, cargos públicos, tendo sido então nomeado pelo príncipe regente D. João, desembargador da Relação do Porto, sem vencimento, deputado e secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, deputado da direcção da Real Fábrica das Sedas e Obra das Águas Livres e deputado da Junta de Liquidação dos Fundos da Extinta Companhia do Pará e Maranhão⁽⁸⁾. Quando ocorre a ocupação franco-espanhola, em Novembro de 1807, encontra-se em Lisboa, mas, na sequência da formação da Junta Provisória do Porto (Junho 1808) e no decurso das guerras do Verão de 1808 e da Primavera de 1809 refugia-se na província da Beira, de onde era originário, e aí permanece até à data da sua renomeação como magistrado e servidor da monarquia, o que coincide com o início das operações militares comandadas por Massena, em Julho

⁽⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 207-208

⁽⁸⁾ Sobre a vida e obra de José Acúrsio das Neves, para além das indicações revistas e corrigidas por António Almodovar e Armando Castro nos estudos introdutórios aos 6 volumes das *Obras Completas* (1984-1987), vejam-se: Moses Bensabat Amzalak, *A Economia Política em Portugal. O Economista José Acúrsio das Neves - I Bio-bibliografia*, Lisboa, 1920; *Idem, A Economia Política em Portugal. O Economista José Acúrsio das Neves - II Doutrinas económicas*, Lisboa, 1921; José Calvet de Magalhães, *José Acúrsio das Neves*, Lisboa, Edições SNI, 1946 e Fernando Pinto Loureiro, *José Acúrsio das Neves precursor do industrialismo em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1954.

de 1810. Neste período de retiro redige a *História Geral da Invasão dos Franceses* e principia a publicação de 12 opúsculos - a que dá o nome de *Escritos Patrióticos* - com o objectivo de informar o povo e de estimular o ânimo das populações peninsulares a lutarem pela libertação e pela independência⁽⁹⁾. Neste conjunto de obras sobressaem: *O Manifesto da Razão contra as Usurpações Francesas, oferecido à Nação Portuguesa, aos soberanos e aos povos* (1808), *A Voz do Patriotismo na Restauração de Portugal e Espanha* (1808), *Três Peças Patrióticas*, em que se inclui a *Proclamação aos Habitantes da Península Espanhola* (1809), a *Salvação da Pátria. Proclamação aos Portugueses sobre a sua Honra e o seu Dever nas actuais circunstâncias da Monarquia* (1809) e, entre outros textos, o *Elogio Fúnebre do Marquês de la Romana, D. Pedro Caro de Sureda*, recitado na Assembleia Ordinária da Academia Real das Ciências de Lisboa, de 23 de Fevereiro de 1811, com tradução na língua castelhana, que oferece à sua Imortal Nação⁽¹⁰⁾.

Considerado um dos ideólogos mais influentes do tradicionalismo contra-revolucionário, José Acúrsio das Neves foi leitor e divulgador de Edmund Burke, Bonald, Joseph de Maistre, Mallet du Pan e Chateaubriand. A par do marques de Penalva, de José da Gama e Castro, de Antonio de Ribeiro Saraiva e de outros autores combateu, publicamente, os fundamentos da doutrina política liberal e foi um feroz opositor dos regimes vintista e cartista. Em termos doutrinários distancia-se do providencialismo religioso, ainda que adapte, por vezes, os textos sagrados à função de paráfrase da mitologia anti-napoleónica, de cunho panfletário⁽¹¹⁾. A sua "política histórica", alicerça-se na valorização da tradição, entendida como o resultado ético-político da evolução da

(9) Cf. António Pedro Vicente, "José Acúrsio das Neves panfletário antinapoleónico", *Ler História*, vol. 17, 1989, pp. 113-127.

(10) José Acúrsio das Neves, *Obras Completas*, vol. 5, *Escritos Patrióticos e Entretenimentos Cosmológicos, Geográficos e Históricos*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.

(11) Recorre a este estratagema para agradar ao público, em especial, no panfleto intitulado: *Paráfrase ao capítulo XIV do livro de Isaías* (1809), que comporta a seguinte advertência: "eu não quero passar por visionário em um tempo que abunda em visionários". Cf. José Acúrsio das Neves, *Escritos Patrióticos ...*, in *Obras Completas*, vol. 5, pp. 187-197.

sociedade, no curso cumulativo e ascensional do tempo, sem recurso à intervenção de Deus⁽¹²⁾.

Armando Castro no prefácio ao primeiro volume das *Obras Completas* de José Acúrsio das Neves salienta a "historicidade eminente que caracteriza os estudos que nos legou"⁽¹³⁾ e, complementarmente, António Almodovar destaca que a sua *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal* "representa um exercício de adesão, uma certa forma de testar a capacidade de utilização dos princípios interiorizados"⁽¹⁴⁾, princípios de matriz iluminista e de alcance político conservador.

Elaborada no decurso do conflito armado, a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal* ultrapassa o alcance programático fixado pela Academia Real das Ciências de Lisboa para a apresentação, a concurso, de uma Memória e Sinopse da Guerra Peninsular⁽¹⁵⁾. Vem também a público ao mesmo tempo que Ricardo Raimundo Nogueira, professor de

(12) Nesta perspectiva, a tradição histórica revela-se um argumento fundamental para a legitimação do conservadorismo político. Por razões que se prendem com a economia deste estudo, dispensamo-nos de analisar o período mais activo da carreira política de José Acúrsio das Neves, ao serviço de D. Miguel, de 1828 a 1834. Para uma compreensão alargada da acção e do pensamento contra-revolucionário em Portugal, vejam-se: Luís Manuel Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973; *Idem*, "A contra-revolução e a sua imprensa no Vintismo. Notas de uma investigação", *Análise Social*, n.º 61-62, 1980, pp. 279-292; Maria Alexandre Lousada, *O Miguelismo (1828-1834). O Discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Lisboa, Faculdade de Letras (dissertação de mestrado policopiada), 1987; Armando Malheiro da Silva, *Miguelismo. Ideologia e Mito*, Coimbra, Minerva, 1993; Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

(13) Armando Castro, "José Acúrsio das Neves, um doutrinador da sua época historicamente atrasado", in José Acúrsio das Neves, *Obras Completas... cit.*, vol. 1, p. 65.

(14) António Almodovar, "O Pensamento político-económico de José Acúrsio das Neves: uma proposta de leitura", in José Acúrsio das Neves, *Obras Completas... cit.*, vol. 1, p. 35.

(15) O *Programa Extraordinário da Academia Real das Ciências de Lisboa*, datado de 12 de Março de 1810, insere-se na política memorial do Estado absoluto, de consagração da aliança inglesa. O seu fim último é o de "conservar para a posteridade, um monumento de eterna gratidão" àquela nação, pelo auxílio militar recebido por Portugal na Guerra Peninsular. Por esse motivo, o programa apenas contempla a elaboração de uma "Synopsis Chronologica de todas as

História de Direito Pátrio na Universidade de Coimbra, nomeado em Maio de 1810, membro do governo de Regência, colige os seus *Apontamentos e documentos para a História de Portugal desde 1807*, manuscrito em forma de diário, parcialmente publicado em 1913⁽¹⁶⁾. E é contemporânea de um outro borrão inacabado sobre vários episódios da guerra, da autoria do franciscano frei Inácio de S. Carlos, conhecido sob a designação de *Apontamentos para uma História da Restauração do Reino em 1808*⁽¹⁷⁾.

Em comparação com outros registos de alcance histórico e memorial, como O *Compêndio Histórico dos acontecimentos mais célebres motivados pela Revolução de França, e principalmente desde a entrada dos franceses em Portugal* (1808) de Joaquim Soares, a *Memória Histórica da Invasão dos Franceses* (1808) de José Caetano da Silva Coutinho e, entre outros, o *Gabinete Histórico* (1818) de frei Cláudio da Conceição, a obra de Acúrsio das Neves distingue-se pela sua monumentalidade documental e pela sua explícita adesão a um protocolo de historicidade moderno e secularizado.

Tempo e narratividade

A compreensão do presente, norteadada pelo sentido que procura imprimir à guerra, funciona como explicação de um passado aberto a uma visão regenerada do futuro. Dito de outro modo, o tempo presente projecta no devir da pátria os valores gloriosos dos antepassados, transformando assim em futuro uma parte desse passado. Deste modo, salva do esquecimento as acções dos seus contemporâneos, lidas à luz dos heróis antigos e de modelos de acção pretéritos, narrados, todavia, com os olhos postos num tempo por vir, de paz e de progresso para o país. Animado por este propósito, escreve, logo após a expulsão do

acções de liberalidade que a Inglaterra tem praticado depois da Revolução Francesa até ao presente".

⁽¹⁶⁾ Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *Historia Organica e Política do Exercito Português. Provas*, vol. X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 23-78. O manuscrito original encontra-se depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁽¹⁷⁾ Da versão original, depositada na Biblioteca Pública Municipal do Porto, conhece-se o extracto publicado por Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *Historia Organica e Política do Exercito Português. Provas*, vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 185-415.

exército comandado por Junot, em Agosto de 1808, que "o valor dos antigos portugueses tem ressuscitado no meio da opressão; o *génio nacional* tem despregado todo o seu carácter, temos quebrado os nossos ferros e restabelecido sobre o Trono de Portugal uma Dinastia que sempre fez feliz este Reino [...]. Já nos está restituída a liberdade de navegação e do comércio; o nosso pavilhão levará a todos os mares a fama das nossas acções, sustentará com gloria o esplendor do nome português, e continuará a trazer aos nossos portos riquezas de todos os países."⁽¹⁸⁾ E, em jeito de conclusão, prognostica: "eu me animo a prometer-vos um futuro mais feliz. Uma terra verdadeiramente livre e sempre fecunda em heróis"^{(18) (19) 20}.

Contemporânea de outras narrativas peninsulares do mesmo género, a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal* remete ainda para a articulação do processo político em Espanha e Portugal, em particular, para as movimentações de tropas estrangeiras na Península Ibérica e para a recorrente concertação de movimentos civis e militares dos dois lados da fronteira. Revelando bom conhecimento da história dos dois povos peninsulares e carreando argumentos para justificar a aceleração do tempo e o alcance das transformações ocorridas, José Acúrsio das Neves conclui que "os principais acontecimentos da restauração do reino" são "consequência imediata dos sucessos de Espanha e da fermentação em que se achava o povo português."⁽²⁰⁾ Esta afirmação, estampada no primeiro tomo da sua obra, é conhecida um ano depois da publicação da *Historia de las operaciones del Exercito de Cataluña en la Guerra de la usurpación, osea de la Independência de España* (Tarragona, 1809), de Francisco Xavier Cabanes, e ao mesmo tempo que é dada à estampa, em Londres, a *Introducción para la historia de la revolución de España* de Álvaro Flórez Estrada. Depois da publicação, em 1811, dos três últimos tomos da obra de Acúrsio das Neves, assinale-se,

⁽¹⁸⁾José Acúrsio das Neves, *Manifesto da Razão contra as Usurpações Francesas, oferecido à Nação Portuguesa, aos soberanos e aos Povos* [1808], in *Obras Completas...*, vol. 5, p. 26. (itálico nosso).

⁽¹⁹⁾José Acúrsio das Neves, *Manifesto da Razão contra as Usurpações Francesas> oferecido à Nação Portuguesa, aos soberanos e aos Povos* [1808], in *Obras Completas...*, vol. 5, p. 27.

⁽²⁰⁾José Acúrsio das Neves, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 143.

também, o aparecimento do *Resumen histórico de la Revolución de España, año de 1808* de P. Maestro Slamón (Madrid, 1812-1814); da *Historia razonada de los principales sucesos de la gloriosa revolución de España* (Madrid, 1814), da autoria de outro defensor do absolutismo, José Clemente Carnicero e, ainda, de Francisco Xavier Cabanes, *Campaña de Portugal en 1810 y 1811* (Madrid, 1815), o primeiro historiador castelhano da guerra que, à semelhança de José Acúrsio das Neves, alarga o seu campo de observação a toda a Península Ibérica. Em conjunto, todos estes autores corporizam uma memória da guerra de lastro patriótico, não isenta de ressentimentos, incompreensões e mitos.

Em Espanha, a história deste período não concita apenas vozes conservadoras e também não deriva, directamente, da visão forjada pelos liberais e constituintes às Cortes de Cádiz. Como assinala Ricardo García Cárcel, "o mito da nação indomável" é uma construção ideológica tardia, uma vez que não foi unívoca a consciência dos povos que participaram da guerra, desde 1808, nem foi constante o sentido beligerante de independência frente ao invasor. Nos discursos elaborados para exprimir o sentimento dos povos em conflito fundiram-se "resabios xenófobos y reaccionários, sueños revolucionários liberales y formulaciones sentimentales"⁽²¹⁾ que acabaram por se plasmar, ao longo do século XIX, no corpo simbólico da soberania nacional, isto é, numa bandeira inventada e recriada pelas correntes ideológicas nacionalistas para justificar a unidade da Espanha Moderna e evocar o seu nascimento⁽²²⁾.

⁽²¹⁾Ricardo García Cárcel, *El Sueño de la Nación Indomable. Los mitos de la guerra de la independencia*, Madrid, Temas de Hoy, 2007, p. 230.

⁽²²⁾ Considerando a Guerra da Independência "um prometedor começo" na elaboração da epopeia nacionalista espanhola, José Álvarez Junco admite que certos factos e episódios funcionaram na historiografia oitocentista como pedra angular da mitologia do Estado-Nação liberal. Entre outros aspectos, o mesmo autor salienta a importância conferida aos monumentos dedicados aos mártires do Dois de Maio, em Madrid, e às celebrações cívicas que pretenderam converter aquela data em festa nacional. Sobre o assunto veja-se, especialmente, de José Álvarez Junco, "La invención de la Guerra de la Independencia", *Studia Historica. Historia Contemporanea*, vol. 12, 1994, pp. 75-99; e *Mater Dolorosa: La Idea de España en el siglo XIX*, Madrid, Taurus, 2007, 10ª ed., p. 119 ss. [1ª ed. 2001]. Sobre o debate suscitado na historiografia espanhola, com destaque para a posição de Antonio Elorza, remetemos para a revisão recente de Ricardo García Cárcel, *El Sueño de la Nación Indomable. Los mitos de la guerra de la independencia...*, pp. 224-227.

Como tem sido reafirmado, "o mito de la Guerra de la Independencia permitió vincular la justificación de la lucha contra Napoleón con la afirmación de la soberanía nacional. La cononización de las guerras napoleónicas facilito el nacimiento de un gran mito populista que volvió a surgir varias veces en la historia de España: en 1820, en 1868 e incluso en 1936".⁽²³⁾ Neste contexto compreende-se que, no país vizinho, a Guerra da Independencia tenha sido "la piedra de toque de la mitología nacional que necesitava el nuevo Estado-Nación en construcción".⁽²⁴⁾, perdurando como urna memoria unificadora, ao longo do século XIX, contra outras expressões de nacionalismo periférico.

No caso português, os relatos da resistência ao invasor constituem um momento forte na reelaboração do patriotismo, considerado ñas suas várias acepções de *patria loci*, *patria sanguinis* e *patria communis*⁽²⁵⁾. Em termos gerais, o ideal de salvação da pátria repousa numa complexa trama de levantamentos locais, de expressão municipal e provincial⁽²⁶⁾, os quais não deixam de ter subjacente, em muitos casos, a exaltação da virtude cívica, o respeito sagrado pela lei e pela religião, a fidelidade

⁽²³⁾ Stéphane Michonneau, "Introducción. La Guerra de la Independencia y la 'cuestión nacional' española", in AA.VV., *Sombras de Mayo. Mitos y Memorias de la Guerra de la Independencia en España (1808-1908)*, Madrid, Casa Velázquez, 2007, p. XII.

⁽²⁴⁾ *Idem, ibidem*.

⁽²⁵⁾ Estas diferentes acepções de patriotismo foram recentemente estudadas pelo meu colega e amigo Fernando Catroga, a quem muito agradeço o frutuoso diálogo e as preciosas indicações científicas que me dispensou, facultando-me, generosamente, a leitura, em primeira mão, da obra que sobre o tema prepara para publicação. Sobre o assunto, vejam-se ainda os clássicos estudos de Maurizio Viroli, *For Love of Country. An essay on patriotism and nationalism*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1995; e Kantorowicz, *Morrer pela Patria*, trad. Pedro Tamen, Lisboa, Público-Sá da Costa, 1999.

⁽²⁶⁾ Com mais informação vejam-se, especialmente, os trabalhos recentes de José Viriato Capela (coord.), *O Heroico Patriotismo das Provincias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção /Universidade do Minho, 2008; Henrique José Martins de Matos, *O Minho e as Invasões Francesas. Uma perspectiva municipal*, Braga, Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais, 2000 e José Teodoro Prata, *O Concelho de S. Vicente da Beira na Guerra Peninsular*, Castelo Branco, Edição da Associação dos Amigos do Agrupamento de Escolas de São Vicente da Beira, 2006.

à realeza e a presentificação da memória de heróis, feitos antigos e valores comuns.

A narrativa histórica de José Acúrsio das Neves incorpora, em particular, o exercício de anamnese do autor que descreve a guerra e que fala das incertezas de um tempo inacabado, vivido colectivamente, de forma dolorosa e dramática. Convoca, portanto, a memória dos contemporâneos e elabora um arquivo de recordações, recorrendo a testemunhos orais e a expressivos documentos, cuja existência atesta. A constituição orgânica das fontes acentua a vigilância crítica do historiador que esclarece: "As leis da História, que por uma parte proíbem o silêncio sobre os factos mais interessantes e por outra exigem do historiador a verdade e a imparcialidade como o primeiro e o mais essencial dos seus deveres, me obrigaram, bem a meu pesar, a referir alguns sucessos ou circunstâncias que não poderão agradar a alguns dos meus compatriotas".⁽²⁷⁾

Inconformado, o seu olhar para trás corresponde à tentativa de fugir à ilusão terminal do presente. Encara o futuro com esperança. Explora o sentido patriótico dos acontecimentos que preparam a almejada restauração do reino. E julga ideologicamente os protagonistas do processo político que, em seu entender, haviam precipitado o país na guerra. Em breves palavras, a intencionalidade do seu exercício de memória resume-se nesta sua lapidar afirmação: "*Não escrevo a história do tempo, a qual deve ocupar uma pena mais feliz do que a minha, mas escrevo para o tempo*"^m.

A distância que introduz entre o fluir dos acontecimentos nos quais intervém como sujeito histórico e a natureza irrepetível dos sucessos que narra é alimentada pela razão filosófica que faz do tempo uma categoria estável, uma espécie de eternidade à medida do pensamento e da vida humana. Nesta acepção, o conceito de tempo intensifica a consciência de ^{27 28}

⁽²⁷⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 144.

⁽²⁸⁾José Acúrsio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, in *Obras Completas...*, vol. 6, p. 137 (itálico nosso).

irredutibilidade dos episodios narrados fixando-os para sempre, "como algo de imutável e estável por trás do devir"⁽²⁹⁾.

Apesar de alimentar o desejo de imperecibilidade do tempo histórico, na sua narrativa, a selecção e a interpretação dos acontecimentos dependem, evidentemente, da sua colocação na intriga. Por este ângulo, o carácter instrumental da sua historia projecta-se no horizonte do devir. Dito de outro modo, o ainda não da Historia acaba por desempenhar um papel crucial na cristalização das expectativas do presente, sob a expressa advertencia de que "o tempo, que tudo revela, descobrirá enfim muitas verdades que o público ainda ignora; e mesmo sobre alguns factos já conhecidos alargará os raios da estreita esfera" em que cada um, incluindo o autor, se julga envolvido⁽³⁰⁾.

Entre o passado e o futuro elege um marco temporal da História Universal, a Revolução Francesa, que "repentinamente" se abriu como "um vulcão no centro da Europa, [...] principiando pelas monarquias e passando às repúblicas, ateou um incêndio universal que esteve a ponto de destruir todos os governos e deixar somente cinzas e cadáveres sobre a face do Globo"⁽³¹⁾. Na análise que faz da tradição revolucionária francesa, sustenta que Napoleão e os seus exércitos perpetuam e levam mais longe, em termos territoriais, o terror inaugural do jacobinismo.

Enfim, no seu discurso, a Revolução funciona tanto como um factor de aceleração do tempo como de degradação do sentido da História, posição de princípio suportada por historiadores e filósofos, pois, segundo afirma: "o quadro horroroso da revolução francesa tem sido o objecto de muitos pincéis: uns têm seguido como historiadores a sua marcha sanguinolenta, outros como filósofos se têm demorado em fazer pinturas enérgicas das suas atrocidades"⁽³²⁾.

⁽²⁹⁾Norbert Elias, *Sobre o Tempo*, ed. Michael Schroder, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, J. Zahar Editor, 1998, p. 102.

⁽³⁰⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 143.

⁽³¹⁾José Acúrsio das Neves, *Manifesto da Razão contra as Usurpações Francesas, oferecido à Nação Portuguesa, aos soberanos e aos Povos* [1808], in *Obras Completas...*, vol. 5, p. 11.

⁽³²⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 142.

No essencial, a concepção de José Acúrsio das Neves a respeito de degradação qualitativa do sentido da História decorre do paralelo que estabelece entre as revoluções antigas e modernas e da ideia de continuidade que procura instaurar entre o passado e o presente, afirmando o primado da legitimidade da Restauração sobre a antítese histórica que representava toda e qualquer tentativa revolucionária de inspiração liberal. Nesta aceção evolucionista mas não anti-historicista tem razão Reinhart Koselleck quando afirma que: "la notion de 'révolution légitime' est nécessairement devenue un concept partisan relevant de la philosophie de l'histoire pour la raison même que sa revendication d'universalité vit de son contraire, de la 'Réaction' et de la 'contre-révolution' [...] On comprend maintenant à quel point le concept de révolution a, depuis 1789, parfaitement récupéré la logique de la guerre civile"⁽³³⁾.

Em termos ideológicos, a luta contra Napoleão levada a cabo em solo português implicava, de acordo com a interpretação acursiana, uma tomada de consciência colectiva do perigo que valores revolucionários, como a liberdade e a igualdade, representavam para a segurança das velhas monarquias europeias e para a estabilidade dos povos⁽³⁴⁾. Napoleão era a prova de que a revolução não tinha sido extinta, pois "ou a dirigissem as Assembleias Constituinte e Legislativa ou caísse no poder das facções,

⁽³³⁾ Reinhart Koselleck, *Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, (traduit de l'allemand par J. Hoock e M-C. Hoock), Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 76.

⁽³⁴⁾ "A liberdade e a igualdade, estas vozes tão agradáveis, mas por desgraça tão mal entendidas, seduziram os espíritos de uma nação poderosa, cujo exemplo arrastou consigo os de uma grande parte da Europa. O abuso que se fez de palavras tão doces e agradáveis tornou os homens em animais ferozes, que despedaçando as entranhas dos seus semelhantes e os seus próprios corações, se foram precipitando de Constituição em Constituição, até caírem nos atoleiros da anarquia, onde bem depressa deviam ser manietados com as cadeias do despotismo. [...] Sobre o cadafalso de Luís XVI e de sua Augusta Esposa proferiram os revolucionários a fatal sentença que fez da França um lago de sangue, e da Europa um vasto cemitério. De liberdade e de igualdade já não havia nem as sombras", José Acúrsio das Neves, *Manifesto da Razão contra as Usurpações Francesas, oferecido à Nação Portuguesa, aos soberanos e aos Povos* [1808], in *Obras Completas...*, vol. 5, pp. 11-12.

ou se concentrasse nas mãos de Bonaparte foi sempre a mesma"⁽³⁵⁾. E como, "o engano e o terror serviam melhor a este homem extraordinário do que a arte da guerra e a força dos seus exércitos", concluía que "todos os potentados da Europa se deviam unir contra ele", prenunciando assim o nascimento da Santa Aliança⁽³⁶⁾.

Antes da eclosão da revolução liberal de 1820, portanto, à época em que escreve a *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal*, José Acúrsio das Neves revela-se mais próximo do pensamento tradicionalista de Edmundo Burke que, em *Reflections on the Revolution in France* (1790)⁽³⁷⁾ repudia, com base na velha tradição liberal inglesa, a ideologia e a experiência revolucionária de 1789. Na sua crítica, sustenta que a tradição e a História constituíam os mais sólidos fundamentos da teoria política. A Revolução Francesa, o acontecimento "mais extraordinário que o mundo viu", era pois alvo de contestação, devido à universalidade do seu ideário e aos "resultados surpreendentes" e imediatos que, em cadeia, provocara em toda a Europa, "produzidos pelos mais vis instrumentos". Após 1789, segundo Burke, "tudo parece fora do normal neste estranho caos de levandade e ferocidade, onde todos os crimes aparecem ao lado de todas as loucuras"⁽³⁸⁾.

Na esteira de Burke, Acúrsio das Neves, fiel à monarquia, irmana a soberania régia à vigência da ordem, considerando acima do rei o respeito da lei, condição essencial para o progresso da nação. Neste ponto, põe de parte a questão do regime, para privilegiar a virtude cívica e elogiar a revivescência do espírito republicano na América do Norte, por oposição ao caos moral que o republicanismo francês representava.

⁽³⁵⁾José Acúrsio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, in *Obras Completas...*, vol. 6, p. 69.

⁽³⁶⁾José Acúrsio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, in *Obras Completas...*, vol. 6, p. 68.

⁽³⁷⁾Parcialmente traduzidas por José da Silva Lisboa, *Extractos das obras políticas e económicas de Edmund Burke*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812. Sobre a influência exercida por Edmund Burke em Portugal, neste período, veja-se Albert Silbert, "Tes invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal", *Revista de História das Ideias*, vol. 2, 1978-1979, pp. 231-247.

⁽³⁸⁾Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução em França*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 52. Cf. J. Pocock, "Burke and the ancient constitution: a problem in the history of ideas", in *Idem, Politic, language and time. Essays on political thought and History*, New York, 1971, pp. 202-232.

Em sua opinião, "os americanos mais sábios do que altivos, fundaram uma constituição admirável, reconhecida bem depressa por toda a terra que tem feito a felicidade daqueles povos; os franceses, com a presunção de filósofos profundos e legisladores consumados, destruindo uma monarquia que, apesar dos abusos que são inseparáveis de todas as instituições humanas, os tinha conservado por muitos séculos naquele grau de felicidade a que podiam aspirar, nunca souberam substituir-lhe um governo regular; e errando longos tempos por entre os escolhos do despotismo e da anarquia, não têm feito senão oprimir e destruir o mundo"⁽³⁹⁾.

Feito o diagnóstico do estado do mundo, volta-se para a ideia de uma "história-memória", guiada pelo exemplo e alimentada pelo sentimento patriótico e pela crença no fim da tirania napoleônica. Sem fazer diferença entre fidalgos e povo, "entre grandes e pequenos", pois "pelas acções é que os homens se ilustram; e o heroísmo e a virtude fazem a verdadeira grandeza"⁽⁴⁰⁾, o autor da *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal* considera ser um dever cívico inerente ao "ofício do historiador" dar a conhecer os feitos "dos libertadores da pátria [...], dignos de recomendar-se ao reconhecimento do soberano e da nação, e os seus nomes de serem transmitidos à posteridade com a glória que lhes é devida"⁽⁴¹⁾.

Factos e mitos da ocupação francesa e da resistência anti-napoleónica

Não surpreende que a *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal* traduza uma visão triunfalista do percurso histórico nacional, portadora de mitos e valores imemoriais. A empatia que José Acúrsio das Neves estabelece com os heróis anónimos, com as tropas aliadas e com o povo irmão de Espanha confere à saga da guerra, de dimensão internacional, um explícito acento épico. Pela riqueza das descrições, pela caracterização trepidante das cenas que narra e pela grandeza a que eleva o sofrimento do povo, a guerra, na pena de José Acúrsio das

⁽³⁹⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 142.

⁽⁴⁰⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 144.

^m*Idem, ibidem.*

Neves, parece reunir os heróis recentes da pátria aos antepassados e mártires antigos da religião. Os soldados e as populações que lutavam contra os inimigos franceses sentiam, segundo as suas palavras, que podiam "um dia misturar os nossos ossos com os dos nossos pais"⁽⁴²⁾. Esta expressiva retórica, ancorada no campo da experiência, servia de caudal ideológico ao conflito armado conferindo à luta dos povos contra os invasores estrangeiros a ilusão de unanimidade e um heroico sentido de fidelidade à pátria.

Nesta acepção, ética, retórica, laica e civilista, a História cumpria a sua função de celebração de um futuro anterior, ou apenas antevisto, indicando caminhos e preparando o espírito dos leitores para o triunfo esperado. Plasmando simbolicamente a unidade e a vontade de um povo com séculos de História no devir da própria nação, a obra de Acúrsio das Neves desempenhou, no momento em que foi escrita, um papel semelhante àquele que terá alcançado em Espanha a *Centinela contra franceses* (1808-1809) do catalão Capmany, cuja mensagem conservadora se aliava, também, a um certo fulgor romântico típico de um patriotismo inflamado, conforme sustentam Pierre Vilar e García Cárcel⁽⁴³⁾.

Apesar da distorção introduzida por uma configuração inscrita na actualidade e fortemente condicionada, como acabamos de salientar, pela proximidade dos acontecimentos, é surpreendente verificar que, mau grado essa limitação, a matriz interpretativa acursiana foi sendo sucessivamente apropriada, muitas vezes de forma acrítica, ou seja, sem detida reflexão. A fortuna do nome dado à guerra, conhecida pela designação de "Invasões Francesas" perpetua uma etiqueta cómoda, nem sempre consentânea com posteriores interpretações historiográficas. Não quer dizer que, por antonomásia, José Acúrsio das Neves, à semelhança de outros autores, não contribua para impor a designação de "guerra da independência", quando fala de Espanha, de Quintana, Canga Argüelles, Palafox, Cevallos e de outros autores. Porém, reportá-lo à guerra em Portugal, usa, exclusivamente, as palavras: Invasão, Revolução e Restauração. Porque o faz?

⁽⁴²⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 130.

⁽⁴³⁾Pierre Vilar, *Hidalgos, amotinados y guerrilleros. Pueblo y poderes en la historia de España*, Barcelona, Crítica, 1982 e Ricardo García Cárcel, *El Sueño de la Nación Indomable. Los mitos de la guerra de la independencia...*, p. 228 ss..

Em primeiro lugar, considera que a nação portuguesa, una e coesa em torno da realeza ausente mas reinante, não experimentou uma convulsão política idêntica à que o país vizinho conheceu⁽⁴⁴⁾. Minimiza a estratégia inicial conjunta, franco-espanhola, de invasão de Portugal, decorrente do tratado de Fontainebleau, celebrado em 27 de Outubro de 1807⁽⁴⁵⁾. Dito de outro modo, não valoriza os termos da aliança firmada entre Godoy e Napoleão, mas sim os seus resultados, considerados favoráveis à causa comum da resistência anti-napoleónica na península. Por outro lado, embora descreva todos os passos da primeira fase da ocupação francesa, secundariza o domínio governativo napoleónico em Portugal, sob tutela do general Junot, usando o termo "invasão" em vez de "anexação" do território português, durante o período em que vigorou, efectivamente, um governo nomeado por Junot e sancionado por Napoleão, ou seja, de 1 de Fevereiro a finais de Agosto de 1808⁽⁴⁶⁾.

A mesma contradição de termos serve para calar a existência de actas secretas em várias câmaras municipais (Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Tomar, etc.), que testemunham a adesão das respectivas vereações ao compromisso político imposto pelo poder napoleónico⁽⁴⁷⁾. Algo de semelhante ocorre quando, em certos locais e terras, desconsidera

⁽⁴⁴⁾ Cf. Charles Esdaile, *La Guerra de la Independência. Una Nueva Historia*, Barcelona, Crítica, 2003; José Manuel Cuenca Toribio, *La Guerra de la Independência: un conflicto decisivo (1808-1814)*, Madrid, Encuentro, 2006; António Pedro Vicente, *O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000; Nicole Gotteri, *Napoleão e Portugal*, Lisboa, Teorema, 2006; e Jorge Martins Ribeiro, *A comunidade do Porto durante as invasões francesas. 1807-1811*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

⁽⁴⁵⁾ Cf. António Ventura (org.), *Planos para a Invasão de Portugal (1797-1801)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006 e António José Telo, "A Península nas Guerras Globais de 1792-1815", in AA.VV., *Guerra Peninsular. Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna, 2005, pp. 297-328.

⁽⁴⁶⁾ Sobre o assunto remetemos para a recente revisão de José Súbtil, "Portugal e a Guerra Peninsular. O maldito ano de 1808", comunicação apresentada ao Seminário Internacional: "Vivir en Tiempos de Guerra. Gobierno, Sociedad e Cultura en la Peninsula Ibérica (1808-1814)", Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Universidade Complutense de Madrid (5, 6 e 7 de Março de 2008), em vias de publicação, e cuja leitura antecipada muito lhe agradeço pelo enriquecimento de conhecimento que nos proporcionou.

⁽⁴⁷⁾ Vasco Pulido Valente, *Ir pró Maneta. A Revolta contra os Franceses (1808)*, Lisboa, Alêteia, 2007; José Viriato Capela, *ob. cit.*; Henrique José Martins de

a reiterada destruição das armas da nação portuguesa, picadas e ocultadas em praticamente todos os edifícios públicos depois da publicação do decreto de 1 de Fevereiro de 1808, que impôs, formalmente, o fim da vigência da Casa de Bragança.

A par do encobrimento parcial de factos, a gestão do silêncio foi utilizada para fazer vingar, ao arrepio de testemunhos de sentido contrário, uma caracterização superficial do que se passou a nível institucional. Basta pensar que, para além do banimento e da supressão da bandeira nacional em locais públicos, a substituição do selo oficial da monarquia por outro timbre oficial, com as águias do Império, em todos os documentos de chancelaria raramente aparece associado a uma efectiva perda de poder simbólico da monarquia e a uma real suspensão da soberania da casa de Bragança⁽⁴⁸⁾. Estas mudanças temporárias mobilizam referentes colectivos de grande alcance e significado popular e acarretam comportamentos traumáticos, sublimados em actos posteriores de reabilitação dos signos aviltados, descritos sob a forma de autênticos gestos de pública retratação.

Dir-se-ia que o disfarce dos vestígios esfragísticos e gráficos do domínio napoleónico, por meio de manchas de tinta lançadas sobre os documentos oficiais, também se aplica, em parte, à função de mata-borrão da História, tal como também a exercita José Acúrsio das Neves. Em busca de ângulos menos sombrios e esquivos à compreensão do senso comum, o autor da *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal* privilegia os grandes momentos e movimentos populares, reconhecendo que a revolução se fez de bandeira desfraldada, com homens invadindo as ruas e envergando o tope nacional na lapela e com as elites locais das terras à frente do povo amotinado, queimando e destruindo ordens,

Matos, *ob. cite* A. Carmo Reis, *Invasões Francesas. As Revoltas do Porto contra Junot*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991.

⁽⁴⁸⁾ Sobre a produção documental da governação napoleónica e posterior "apagamento da memória", pelas autoridades portuguesas, dos vestígios diplomáticos e marcas arquivísticas desse período, veja-se Ana Canas Martins, *Governação e Arquivos: D. João VI no Brasil*, Lisboa, IAN/TT, 2007, pp. 25-49 e pp. 319-322.

nomeações, decretos e papéis oficiais considerados ultrajantes para as mesmas autoridades que os tinham subscrito meses antes⁽⁴⁹⁾.

Aludindo à lenda negra de Napoleão em Portugal, José Acúrsio das Neves menciona alguns lugares comuns da literatura panfletária⁽⁵⁰⁾ 51, enfatiza os ultrajes e os malefícios causados pelos invasores, particularmente em locais de culto e em zonas de maior destruição e pilhagem, mas em circunstância alguma reconhece o domínio temporário dos ocupantes franceses em Portugal. Ainda assim, considera ter existido "uma grande diferença nas circunstâncias" em que se processou a anexação militar francesa na Península Ibérica. Reportando-se a 1807 e 1808, afirma que os franceses não invadiram todas as províncias de Espanha, fazendo pressupor que a cobertura militar do território português, de extensão mais limitada, foi total e simultânea, o que também não é verdade. Alega que em Espanha, as tropas inimigas "não desarmaram a nação, não se apoderaram de todos os seus recursos, enfraqueceram mas não aniquilaram o exército [...] por isso, quando os espanhóis se levantaram nas províncias livres, donde se comunicou o impulso às ocupadas, acharam mais recursos, tiveram armas, tropas, generais, que lhes serviram de centro e de apoio e lhes davam maiores vantagens, não só para combaterem o inimigo mas também para manterem a ordem na administração interna, tanto civil como militar."⁽⁵¹⁾ Esta perspectiva, aliada à abdicação de Fernando VII e à acção da Junta Central, consentia

⁽⁴⁹⁾Ana Cristina Araújo, *Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas*, Coimbra, sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 1985; João Marques, *O clero nortenho e as invasões francesas. Patriotismo e resistência regional*, Porto, sep. da *Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1989; e José Tengarrinha, *Movimentos populares agrários em Portugal, II, (1808-1825)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.

⁽⁵⁰⁾ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Napoleão Bonaparte. Imaginário e política em Portugal c. 1808-1810*, São Paulo, Alameda, 2008; António Pedro Vicente, "Panfletos antinapoleónicos durante a Guerra Peninsular. Actividade editorial da Real Imprensa da Universidade", *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 101-130; Zília Osório de Castro, "Napoleão, o 'anticristo descoberto'", *Ler História*, n° 17, 1989, pp. 93-111; Natalie Petiteau, *Napoléon, de la Mytologie à l'Histoire*, Paris, Seuil, 1999; e Jean Tulard, *L'Anti-Napoléon: la légende noire de l'Empereur*, Paris, Julliard, 1965.

⁽⁵¹⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 4, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 354.

que se falasse, com propriedade, de "guerra da independência" em Espanha⁽⁵²⁾, mas não em Portugal.

Mais do que a diferenciação do processo político-militar, José Acúrsio das Neves aprofunda a distinção histórico-política das duas nações perante uma ameaça única e comum. E se, ao longo da sua exposição, utiliza muitas vezes factos particulares para ilustrar a "História Geral", esse procedimento decorre da intenção explícita de dar "a conhecer o carácter da invasão, o espírito e os costumes dos invasores"⁽⁵³⁾ e de mostrar como era pretensamente abismal a diferença que separava a cultura francesa da cultura portuguesa. A artificialidade deste efeito discursivo só é possível mediante a recuperação semântica de velhos estereótipos, patente, por exemplo, na equiparação da luta contra os judeus e os franceses, evocada quando descreve alguns levantamentos populares em Trás-os-Montes e na Beira, especialmente em Moncorvo e Tomar. O mesmo efeito de ilusão retira do revigoramento do espírito de cruzada imposto ao banimento ideológico e militar do inimigo. Os usos da linguagem comum sancionam outros abusos de interpretação, como acontece com a Inquisição, instituição evocada por um grupo de indivíduos que, conforme relata, em Tomar, ousaram secundar um cabecilha revolucionário que proclamara o fim da coroa e da Inquisição. Por tal motivo, acrescenta José Acúrsio das Neves, sofreram na carne a enérgica e vitoriosa reacção da facção patriótica⁽⁵⁴⁾.

Apesar de situar a defesa dos valores tradicionais no quadro do unitarismo religioso católico, esse facto não o impede de perceber a

⁽⁵²⁾ Para uma revisão do tema, remetemos para as actualizadas sínteses de Enrique Martínez Ruiz, *La Guerra de la Independência (1808-1814). Claves españolas en una crisis europea*, Madrid, Silex, 2007; Antonio Moliner Prada (ed.), *La Guerra de la Independência (1808-1814)*, Barcelona, Nabla Ediciones, 2007; Ronald Frazer, *La maldita guerra de España. Historia Social de la Guerra de la Independência (1808-1814)*, Barcelona, Crítica, 2003; Richard Hocquet, *Résistance et Révolution durant l'occupation napoléonienne en Espagne 1808-1812*, Paris, Boutique de l'Histoire, 2001; Charles Esdaile, *La Guerra de la Independência. Una Nueva Historia*, Barcelona, Crítica, 2003; e José Manuel Cuenca Toribio, *La Guerra de la Independência: un conflicto decisivo (1808-1814)*, Madrid, Encuentro, 2006.

⁽⁵³⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t.I, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 143.

⁽⁵⁴⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 4, in *Obras Completas...*, vol. 2, pp. 185-189.

importância de que se reveste a religião civil no campo adversário. Para melhor sustentar o impacto da apropriação do fenómeno religioso em sociedades laicas, afirma que os "ímpios também invocam Deus para levarem à vontade os seus projectos criminosos [...]. Faltando-lhes a base da Religião, sem a qual nenhuma instituição humana é permanente, procuram supri-la com a máscara da Religião"⁽⁵⁵⁾.

A Restauração e os afrancesados

Em termos de periodização José Acúrsio das Neves manifesta a convicção de que uma nova era se abre à Europa: "É o resultado da grande luta em que se acham empenhados os soberanos e os povos o que deve fixar o destino das gerações futuras e é portanto nesta época que as nações europeias devem começar a sua História"⁽⁵⁶⁾.

A sua percepção do tempo presente obedece, como já atrás salientámos, à lógica imposta pela Revolução Francesa, isto é, não escapa a uma concepção historicista e fatalista da História. Carreando factos, valores e representações ancestrais, insiste, no entanto, na tónica da "Invasão dos Franceses", preterindo outras designações, nomeadamente a de "Guerra da Península", utilizada amiúde em papéis e pareceres oficiais e retomada, por exemplo, pelo embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, na obra justificativa, que publicou em Bruxelas, com o título: *La guerre de la Péninsule sous son point de vue* (1819).

Situando-se no âmago da tradição portuguesa utiliza o conceito de revolução para conotar, simultaneamente, duas realidades diferentes. Referindo-se a Portugal, emprega a palavra revolução para caracterizar a desordem momentânea causada por um alvoroço popular ou por uma movimentação de resistência de cariz pontual. Nesta acepção, chega mesmo a reconhecer que no "Porto brotou a revolução como por si mesma, sendo o resultado da vontade geral do povo"⁽⁵⁷⁾.

⁽⁵⁵⁾José Acúrsio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, in *Obras Completas...*, voi. 6, p. 142.

⁽⁵⁶⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, in *Obras Completas...*, voi. 1, p. 142.

⁽⁵⁷⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, voi. 2, p. 87.

A segunda acepção do termo tem a ver com a ideia de "feliz revolução", aplicada ao ciclo político que principia com a Constituição da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino e que desemboca na recomposição do Governo de Regência, com o aval britânico. Nesta dupla modalidade de nomeação, é importante notar que o mesmo vocábulo que conota a agitação popular serve também para inscrever a Restauração da monarquia absoluta no processo político aberto pela guerra. Do ponto de vista doutrinal, os seus argumentos corroboram, sem reservas, o movimento restauracionista fundado no pacto de obediência ao rei. Contra a afirmação, atribuída aos republicanos franceses, de que "vassalo e escravo são sinónimos", e de que para escapar à tirania os homens livres deveriam "*antes morrer do que estar sujeitos a um Rei*"^m, sustenta que "os homens evitaram este princípio sacrificando uma parte da sua liberdade e dos seus direitos para se sujeitarem a um governo comum que dispusesse da força geral dos associados e dirigisse as suas acções externas, para os manter seguros e tranquilos"^{58 (59)}.

A Restauração, na perspectiva de José Acúrsio das Neves, é inseparável do processo de transferência da Corte portuguesa para o Brasil, entrevisto como factor de continuidade da monarquia e como um momento de viragem no Império Português. As transformações daí decorrentes eram, como escreve, "a consequência necessária dos acontecimentos que desligavam o Brasil da sua metrópole e o resultado das sábias meditações de um governo que queria chamar a abundância e a riqueza para um país onde ia estabelecer o seu assento"⁽⁶⁰⁾. Classifica o futuro rei D. João VI de herói, pela decisão de fazer transportar a Corte portuguesa para o Brasil, e questiona o futuro da Europa não a partir do seu epicentro continental - responsável pelos horrores da guerra -, mas do hemisfério austral, da América, "de onde voltará a paz à Europa, e com a paz a justiça, a humanidade e a moralidade", conforme prognostica⁽⁶¹⁾. A antevisão de José Acúrsio das Neves do futuro da

⁽⁵⁸⁾ José Acúrsio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, in *Obras Completas...*, vol. 6, p. 62.

^m *Idem, ibidem*.

⁽⁶⁰⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 2, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 313.

⁽⁶¹⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 2, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 320.

Europa é marcada pela esperança do triunfo da ordem e prosperidade das Nações. Todavia, internamente, a sua reflexão historiográfica não contribuiu para semear a concórdia, antes acentuou clivagens no seio das hostes patriotas e liberais.

Nos 5 tomos da *História Geral da Invasão dos Franceses*, são particularmente visados os afrancesados⁽⁶²⁾ e todos os colaboracionistas dos franceses: os representantes e altos dirigentes de instituições que, em obediência às ordens do príncipe regente, foram obrigados a acolher, sem hostilidade, os invasores, e também os ilustrados e liberais que, devido à vinculação francesa das suas ideias, foram igualmente apodados de traidores à pátria⁽⁶³⁾. Neste tipo de crítica não poupa o clero. Começa por acusar o cardeal patriarca de Lisboa, o inquisidor geral e os bispos por pregarem, num primeiro momento, com desmesurada subserviência,

⁽⁶²⁾O estudo dos afrancesados em Portugal está ainda por fazer. Para Espanha dispomos de obras de referência fundamentais, com destaque para o clássico estudo de Miguel Artola, *Los Afrancesados*, Madrid, Alianza, 1989 e para os recentes contributos de Juan López Tabar, *Los famosos traidores. Los afrancesados durante la crisis del Antiguo Régimen (1808-1833)*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2001; *Idem*, "El rasgueo de la pluma. Afrancesados escritores (1814-1850)", in AA.VV., *Sombras de Mayo. Mitos y Memorias de la Guerra de la Independencia en España (1808-1908)*, Madrid, Casa Velázquez, 2007, pp. 3-20; Jean-Philippe Luis, "La gestion de la memoria de la Guerra por sus actores", in *ibidem*, pp. 431-438; Manuel Alonso Moreno, *Sevilla napoleónica*, Sevilla, Alfar, 1995; *Idem*, *losé Boanparte. Un rey republicano en el trono de España*, Madrid, Esfera de los Libros, 2008; Para Portugal, com referências ao problema: Ana Cristina Araújo, *Revoltas e ideologias em conflito...*, cit.; Luís Oliveira Ramos, "D. Francisco de Lemos e a deputação a Baiona", in *Estudos de História de Portugal, séculos XVI-XX. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. 2, Lisboa, 1983, pp. 273-288 e António Manuel Hespanha, "Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808", comunicação apresentada ao Congresso Luso-Brasileiro de Cultura Jurídica "Os 200 anos do direito brasileiro. Legado e perspectivas. Identidade e diversidade luso-brasileira", realizado no Rio de Janeiro, entre 1 e 3 de Setembro de 2008, a publicar na *Revista Brasileira de Direito Comparado*, que pude ler na sua versão inicial, com grande benefício científico, por generosidade do autor.

⁽⁶³⁾A eles se refere como sendo "portugueses degenerados, pela maior parte pedreiros-livres que, infiéis ao soberano e à pátria se apressaram a oferecer os seus infames serviços ao satélite do usurpador", José Acúrsio das Neves, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 2, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 241.

a favor da causa napoleónica⁽⁶⁴⁾. Estende, essas críticas à Academia das Ciências de Lisboa⁽⁶⁵⁾, acusada de manifesto conluio com Junot, e, embora de forma mais branda, não isenta de responsabilidades políticas algumas das mais altas dignidades, eclesiásticas e civis que, a mando de Junot, se deslocaram a Baiona, para saudar Napoleão⁽⁶⁶⁾. A amnistia que a Convenção de Sintra, assinada em 30 de Agosto de 1808, previra para os afrancesados não bastou para apaziguar os ânimos, evitar perseguições, prisões e deportações, mas talvez tenha contribuído para a revisão crítica do problema, apesar dos protestos e das desaprovações públicas e secretas que o documento em si mesmo motivou, conforme reconhece Acúrsio das Neves⁽⁶⁷⁾. Na sequência desse debate, procura então justificar, em 1811, a conduta pastoral do cardeal patriarca, alegando coacção, do mesmo modo que tenta salvar a honra da Academia das Ciências, sem ilibar a responsabilidade individual de alguns dos seus membros. Por este motivo, circularam protestos, retratações e desmentidos que, atingindo a pretensa imparcialidade do historiador, reabriram o debate sobre a identidade dos afrancesados e vieram pôr em evidência a injustiça das depurações e a persistência de clivagens ideológicas no interior do grupo de patriotas afectos às ideias liberais que lutava, ardentemente, pela autonomia política nacional.

(64) Sobre o primeiro escreve: "a pastoral daquele prelado de 8 de Dezembro, que a 10 apareceu afixada pelas portas dos templos da capital e sucessivamente o foi pelas das igrejas paroquiais do patriarcado, na qual com expressões as mais enérgicas se recomendava a obediência aos usurpadores, engrandecendo com mil elogios a bondade de Napoleão e do seu cruel delegado. É deste modo que a primeira personagem da Igreja lusitana, e uma das primeiras, pela sua representação, entre os Grandes de Portugal, servia aos opressores da religião e do Estado", José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, 1.1, in *Obras Completas...*, vol. 1, pp. 283-284.

(65) "A Academia Real das Ciências, nesse tempo corpo sem alma também fez os seus cumprimentos a Junot, por meio de uma deputação, oferecendo-lhe o lugar de presidente", José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 2, in *Obras Completas...*, vol. 1, p. 413.

(66) José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 2, in *Obras Completas...*, vol. 1, pp. 419-424.

(67) José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 5, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 456.

Na altura, nem todos os protestos foram impressos e poucos foram os que chegaram ao conhecimento do monarca. Neste capítulo, merecem menção especial as *Cartas ao autor da História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da restauração deste reino* de Francisco de Borja Garção Stockier, presidente da Academia das Ciências, publicadas no Rio de Janeiro, em 1813⁽⁶⁸⁾, e o folheto anónimo *Análise do Capítulo XLII do tomo 2, de uma Obra intitulada História Geral da Invasão dos Franceses* que, em vésperas da revolução de 1820, vinha reabilitar, publicamente, o bom-nome e o genuíno patriotismo de influentes figuras da magistratura identificadas, por Acúrsio das Neves, como constitucionalistas afrancesados em 1808.

As Juntas Provinciais e a guerrilha

No desenrolar da história da guerra, o conflito de representações abrange dois outros temas sensíveis. O primeiro reporta-se à formação das Juntas Provinciais em Portugal e à comunicação destas com as suas congéneres em Espanha⁽⁶⁹⁾. O segundo tem subentendida a "guerrilha", presente mas não nomeada, na descrição de operações irregulares,

⁽⁶⁸⁾ A obra de Francisco de Borja Garção Stockier foi apresentada aos leitores de *O Patriota*, jornal impresso no Rio de Janeiro, com comentários enaltecedores dos conhecimentos e zelo patriótico do autor (*O Patriota*, jun., 1813, p. 93). Sobre o tema veja-se, Manuel Luiz Salgado Guimarães, "As Luzes para o Império: História e Progresso nas Páginas de *O Patriota*", in Lorelai Kury (org.), *Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007, pp. 67-101.

⁽⁶⁹⁾ Em Espanha assiste-se a uma proliferação de Juntas locais e provinciais, algumas das quais com o título de Juntas Supremas nas suas regiões, com excepção da Junta de Sevilha que se declarou Suprema sobre toda a Espanha e índias. Sobre o assunto veja-se a revisão proposta por Ronald Fraiser, *La maldita guerra de Espana...cit.*, pp. 193-204; Richard Hocquellet, *Résistance et Révolution durant l'occupation napoléonienne en Espagne 1808-1812*, Paris, Boutique de l'Histoire, 2001; e Manuel Alonso Moreno, *La Junta Suprema de Sevilla*, Sevilla, Aliar, 2001.

de luta, chacina e saque, envolvendo grupos de paisanos capitaneados por figuras lendárias ou, pelo menos, de bravura reconhecida⁽⁷⁰⁾.

A partir de Maio de 1808, o curso da "Revolução de Espanha" é convocado para dar sentido às movimentações político militares, municipais e regionais que ocorrem, por contágio e comunicação, do lado português da fronteira. A conduta das tropas espanholas estacionadas em Portugal - reduzidas à divisão de Taranco no Porto, formada por cerca 3500 homens e pouco mais de centena e meia de dragões do *Regimento de la Reina e Montezoz*, dispersos por Lisboa, Mafra, Santarém e Setúbal, pertencentes à divisão Carrafa - parece não ter despertado a animosidade dos povos. Estes corpos envolveram-se, contudo, em contínuas desordens com os franceses e, neles "a deserção foi imensa, principalmente dos que estavam em Setúbal e outros pontos além do Tejo, de onde lhes era mais fácil a evasão para Espanha. De uma só vez desertaram daqueles sítios 130 voluntários de Valência", regista José Acúrsio das Neves⁽⁷¹⁾. Com a desmobilização de finais de Maio de 1808, o grito de sublevação que principia no Porto ecoa também, fortemente, a Sul do Tejo. Daqui irradiaram as mais sólidas e intensas cadeias de colaboração e de

⁽⁷⁰⁾ A partir da Guerra da Independência, o termo espanhol "guerrilla" passa a ser traduzido para outros idiomas europeus : "guerrilla", "warfare" em inglês; "guérilla" em francês; "guerrillakrieg" o "guerrilla" em alemão; "guerriglia" em italiano; "guerrilha" em português. Assim vulgarizado, o vocábulo encerra um significado moderno, sendo utilizado para exprimir acções de luta armada irregulares de civis contra os invasores estrangeiros e outras forças organizadas consideradas ilegítimas. Vários autores têm destacado o carácter subversivo, o alcance social e o conteúdo simbólico da guerrilha em diferentes regiões de Espanha, durante a Guerra de Independência. Sobre o assunto vejam-se, com abundantes remissões, os estudos de Antonio Moliner Prada, *La Guerrilla en la Guerra de la Independencia*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2004; Charles Esdaile, *España contra Napoleón. Guerrillas, bandoleros y el mito del pueblo en armas (1808-1814)*, Barcelona, Edhasa, 2006; Ronald Fraiser, *La maldita guerra de España... cit.*, Pedro Pascual, *Curas y frailes guerrilleros en la Guerra de la Independencia. Las partidas de cruzada reglamentadas por el carmelita zaragozano P. Manuel Tragta*, Zaragoza, Instituto Fernando el Católico, 2000; Francisco Miranda Rubio, *La Guerrilla en la Guerra de la Independencia*, Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 1982; e J. Fernandez Sanchez, *La guerrilla vallisoletana (1808-1814)*, Valladolid, Diputación, 1997.

⁽⁷¹⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 38.

contacto bilateral com as Juntas de Badajoz e de Sevilha. Na fronteira de Badajoz formou-se uma legião de voluntários estrangeiros, maioritariamente composta por portugueses, sob comando de Moretti. Todos os cadetes, cabos, sargentos e oficiais portugueses oriundos de Eivas e de outras praças alentejanas que acorreram a alistar-se em Espanha foram, segundo o historiador Acúrsio das Neves, devidamente integrados, municiados e promovidos⁽⁷²⁾. A nível institucional, a comunicação com a Junta Suprema de Sevilha tornou-se fortemente disputada. Do Algarve partiram emissários e circulares para Gibraltar e Ayamonte e trocaram-se proclamações com a Junta de Sevilha⁽⁷³⁾. À custa daquelas diligências obtiveram-se os primeiros carregamentos de armas e munições: "700 espingardas, 400 arrobas de pólvora e provimento proporcionado de balas de pederneira", mais 800 espingardas trazidas pelo capitão Mestre de Sevilha e outras quatrocentas armas obtidas em Ayamonte e destinadas a repartir com o corregedor de Beja⁽⁷⁴⁾. Entretanto, o Conselho Supremo de Regência do Algarve e a Junta de Sevilha celebram entre si um tratado de reconhecimento, cooperação e independência (fins de Junho 1808)⁽⁷⁵⁾. Em Sevilha atribui-se a representação consular portuguesa a D. Sebastian Vicente de Solis, encarregado dos negócios do Algarve. Simultaneamente, as Juntas provinciais de Évora, Estremoz e Campo Maior procuram, de forma não concertada, interlocução com a Junta de Sevilha. Acúrsio das Neves, bem informado, fornece números de contingentes que cruzam, nos dois sentidos, a fronteira, desmente e corrige as baixas civis e militares divulgadas pelos boletins militares franceses, fala dos desertores e nomeia nomes de emissários e oficiais que promovem cercos e congregam os povos para a luta armada. São particularmente expressivas as suas descrições dos movimentos insurreccionais de Beja, Vila Viçosa, Campo Maior, Estremoz e o massacre

⁽⁷²⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 42.

⁽⁷³⁾Veja-se a transcrição da Proclamação da Junta de Sevilha aos portugueses, de 30 de Maio de 1808 em José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 18.

⁽⁷⁴⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 154.

⁽⁷⁵⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 154.

de Évora, de 29 de Julho de 1808. Este último ocorre na sequência da vitória de Bailen (19 de Julho de 1808), surge depois de negociada e reconhecida pelas mais activas localidades alentejanas a primazia da Junta Suprema de Évora, põe à prova a estratégia do emissário Moretti e mobiliza um contingente apreciável de tropas espanholas, comandadas pelo sargento-mor D. Antonio Maria Gallego. Os "miqueletes" de Vila Viçosa, a legião de voluntários estrangeiros e os demais corpos que intentam proteger Évora do ataque de Loison não chegam a somar 2000 homens. E, no entanto, eram as únicas forças que a cidade dispunha para travar a derradeira ofensiva francesa, composta por mais de 6000 homens apostados em vingar a derrota recente de Bailén, à custa de uma chacina infernal⁽⁷⁶⁾.

Em relação ao Sul de Portugal, os relatos da *História Geral da Invasão dos Franceses* deixam perceber que a função simbólica da fronteira ruiu, que a linha de demarcação fronteiriça aproximou os povos, desempenhando, por um curto espaço de tempo, o lugar de centro da actividade política, e permanecendo, ao longo da guerra peninsular, espaço de cooperação, segurança e defesa.

Em comparação, não foram tão imediatas nem tão bem sucedidas as comunicações das Juntas do Norte e do Sul de Portugal. Em rigor, não houve, numa primeira fase, uma política concertada de resistência nacional ao invasor, mas múltiplas acções e manifestações de sentido colectivo e de alcance patriótico em defesa da nação, como relata José Acúrsio das Neves que salienta ter a barreira natural do Tejo dificultado o avanço conjunto da Revolução⁽⁷⁷⁾.

Confrontando a narrativa da *História Geral da Invasão dos Franceses* com outros escritos contemporâneos, verificamos que a trilogia Deus, Rei e Pátria anima a acção dos paisanos e da guerrilha - palavra nunca utilizada por José Acúrsio das Neves. Dois exemplos, retirados da sua obra, documentam, no entanto, a actuação, em Julho de 1808, de guerrilheiros andaluzes em Campo Maior e o alastramento, na mesma altura, da guerrilha nas escarpas do Douro. O primeiro caso reporta-se

⁽⁷⁶⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 4, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 247.

⁽⁷⁷⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 4, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 279.

ao auto-intulado "comandante de la guerrilla" Moreno⁽⁷⁸⁾ que, forjando com os seus homens a libertação de Campo Maior foi, conforme atesta José Acúrsio das Neves, um verdadeiro "o ídolo" para o povo⁽⁷⁹⁾. A Norte, "paisanos" e "partidas de patriotas" mobilizam-se em torno de bravos combatentes, religiosos e civis. Tomam a iniciativa de correr com os inimigos, movendo-lhes emboscadas e ataques violentos. Sem cair na mitificação da guerrilha, Acúrsio das Neves regista e caracteriza acções de bandoleiros, guerrilheiros e desordeiros, mal armados, que atacam, matam, roubam e afugentam o inimigo. Os instantâneos que ele fornece aproximam-se das descrições do redactor do *Diário de La Coruña*, M. Pardo de Andrade, autor de *Los guerrilleros gallegos* (1809). Entre outros episódios descritos na *História Geral da Invasão dos Franceses*, um deles passa-se nas escarpas do Douro. Junto à Régua, à entrada do Marão, António Teixeira Fraga Botelho e Manuel Pereira Falante, à frente de um punhado de homens mal armados atacaram, em meados de Junho de 1808, uma divisão, chefiada por Loison, vinda de Almeida, composta de cerca de 3000 soldados. A "ousadia com que este pequeno número de paisanos se arrostando ao inimigo e lhe causou tanto dano excede os limites da verosimilhança", diz o autor que acrescenta terem eles "posteriormente tido muitas outras ocasiões de mostrar o seu valor em defesa da pátria"⁽⁸⁰⁾.

Contrariamente ao que ocorreu em Espanha, o levantamento popular e o movimento de resistência, galvanizado por um corpo político de elite, não desembocou numa solução de tipo liberal. A indefinição inicial das revoltas, as disputas locais e regionais acerca da primazia das acções patrióticas, especialmente nas províncias de Trás-os-Montes, Entre-Douro e Minho⁽⁸¹⁾; a desconfiança das governanças das terras em relação a movimentações populares e de milícias exteriores ao círculo local;

⁽⁷⁸⁾Ricardo Garcia Cárcel, *ob. cit.*, p. 137,

⁽⁷⁹⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 178.

⁽⁸⁰⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 123.

⁽⁸¹⁾Com abundante documentação, José Viriato Capela (coord.), *O Heroico Patriotismo do Norte...cit.*, p. 185 ss.

a falta de acordo estratégico entre Juntas, à escala regional⁽⁸²⁾; a interlocução cruzada, por vezes fatal para o êxito das operações de defesa, entre as Juntas Portuguesas e Espanholas e, por fim, a desunião e descoordenação do movimento das Juntas à escala nacional comprometeram, ao contrário do que aconteceu em Espanha, a autonomia do movimento de libertação à escala nacional. A intervenção do exército britânico a partir de finais de Julho de 1808, se por um lado permitiu centralizar as operações da guerra e agregar a função de defesa à acção do Estado, por outro retirou força política a qualquer manifestação genuinamente nacional, dado o carácter estrangeiro do comando do exército e a repercussão que esse facto teve no governo do reino.

O Povo e a Pátria

O enfoque pró-britânico da *História Geral da Invasão dos Franceses* originou juízos radicais e excessivos que o tempo se encarregou de contraditar e que o próprio autor se viu obrigado a moderar mais tarde. O mesmo não aconteceu com a visão que construiu do grande herói da guerra, que não foi Wellington nem nenhum outro general português ou inglês.

Para José Acúrsio das Neves quem libertou Portugal da tirania de Napoleão foi o "povo". Às mãos do povo a "revolução brotou como por si mesma", escreve⁽⁸³⁾. Mas, para mostrar que tudo aconteceu no fio da navalha, acrescenta: "É preciso, eu o direi sempre, conhecer o povo; depois de amotinado raras vezes cede sem passarem os seus primeiros ímpetos; depois de acostumado a dar a lei não reconhece mais limites nas suas empresas"⁽⁸⁴⁾. A sua concepção de povo não remete para a teoria da representação política ou para a doutrina da soberania nacional

⁽⁸²⁾No Norte a todas as Juntas constituídas em 1808 se sobrepôs a Junta Suprema do Porto. Para uma melhor compreensão da articulação e das disputas surgidas, à escala regional, veja-se José Viriato Capela (coord.), *O Heroico Patriotismo do Norte...cit.*, pp. 101-118.

⁽⁸³⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, voi. 2, p. 166.

⁽⁸⁴⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, voi. 2, p. 101.

alicerçada no primado da vontade geral⁽⁸⁵⁾. Um misto de admiração pelas ações destemidas do povo e de receio dos excessos que lhe são acometidos justificam o alcance da sua idealização romântica da insurreição patriótica.

Reduto de liberdade e fonte de exaltação política, o povo é simultaneamente vítima e protagonista de primeiro plano na narrativa da *História Geral da Invasão dos Franceses* de José Acúrsio das Neves. Tem aura própria, é dotado de espírito de união e tomado por uma vertigem de grandeza. Nos seus traços idealizados, o bravo povo português que faz a História sublima na gesta do combate pela sobrevivência da pátria a árdua luta quotidiana de superação da miséria material. Para documentar o seu protagonismo na sublevação patriótica, Acúrsio das Neves refere que "nas províncias houve alguns oficiais, fidalgos, ministros e pessoas de representação que dirigiram os movimentos populares, a oficialidade militar correu às armas de todas as partes ao primeiro brado, mas, confessemos-lo, este primeiro brado ou saiu imediatamente do povo das terras onde a revolução principiou sem chefes ou foi preparada pelo povo"⁽⁸⁶⁾.

Erigido em personagem histórica, o "povo em armas"⁽⁸⁷⁾ é um mito que utiliza como símbolos a lealdade ao rei, o amor à pátria e o temor a Deus. É uma marca da vitalidade da nação histórica, tal como se depreende desta proclamação dos governadores do reino, redigida em finais de 1808: "Vale mais combater pela independência da nação do que servir de vítima aos caprichos de um tirano. *A nação quer ser livre, nenhuma força a pode tornar escrava. Uma nação levantada em massa tem uma força irresistível*".

⁽⁸⁵⁾Para a compreensão do conceito histórico de "Povo", veja-se a recente síntese de Fátima Sá e Melo Ferreira, "Povo-Povos", *Ler História - História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro 1750-1850*, n° 55, 2008, pp. 141-154.

⁽⁸⁶⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 5, in *Obras Completas...*, vol. 2, pp. 413-414.

⁽⁸⁷⁾ Quase sempre munidos de instrumentos agrícolas, usados como armas de combate: piques, pás, foices, chuços, facas e outros objectos. Deve ainda salientar-se que o estudo de Vasco Pulido Valente recentemente dado à estampa com o título: *Ir pró Maneta. A Revolta contra os Franceses (1808)*, Lisboa, Alêteia, 2007 reproduz, integralmente, um artigo dos anos setenta do mesmo autor, sugestivamente intitulado: "O povo em armas, a revolta nacional de 1808-1809", *Análise Social*, vol. 15, 1979, pp. 7-48.

A palavra nação, com o sentido de colectivo singular, surge aqui para referenciar uma comunidade dotada de vontade própria e autónoma em relação à figura do monarca, ausente do teatro europeu⁽⁸⁸⁾. Pelo seu impacto social, essa consciência de pertença e de filiação forjada pelo "destino histórico" transforma-se em elo de união, partilhável, sobretudo, pelas elites militares, políticas e intelectuais mais esclarecidas. Mas, mais do que a ideia de nação, é a palavra pátria, repetidamente enfatizada por liberais e conservadores durante as campanhas anti-napoleónicas que melhor condensa a legítima aspiração de libertação colectiva, sob a égide da lei, do trono e do altar.

Toda a publicística da guerra incorpora a ideia de filiação e de grandeza ligada à pátria, de pertença e de destino comum, de sacrifício e de fidelidade à família portuguesa, politicamente unida pela monarquia reinante. Institui-se assim, neste período, um tempo forte na reelaboração semântica do patriotismo, com o uso torrencial do termo pátria e de todos os sintagmas que lhe estão associados, como sejam: "filhos da pátria", "pais da pátria", "heróis da pátria", "restauradores da pátria", "libertadores da pátria", etc..

Na voz de Acúrsio das Neves, "Portugal foi sempre pátria de heróis, sempre os portugueses se elevaram acima do vulgar por um patriotismo sem exemplo"⁽⁸⁹⁾. Nesta exortação, a palavra pátria condensa um sentimento de perenidade que remete para uma dimensão meta-histórica. Porém, na narrativa histórica, quando aplicada à nomeação dos sucessos locais na maioria das terras em que se formaram juntas provinciais e locais, o mesmo vocábulo conota uma dada comunidade de origem, restrita e circunscrita por laços de vizinhança e de assentamento territorial.

Num cenário como noutro, o derivativo patriota serve para identificar modelos de conduta pautados por fortes valores morais. Nesta acepção, é usado para exprimir a singularidade das acções de indivíduos civis ou religiosos, com poder de representação, e para caracterizar a heroicidade, a lealdade e a bravura de muitos elementos anónimos do povo. Esta dimensão particular e próxima de dizer as várias "pátrias" e de contar a multidão

⁽⁸⁸⁾Cf. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI, o Clemente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

⁽⁸⁹⁾José Acúrsio das Neves, *A Voz do Patriotismo na Restauração de Portugal e Espanha* (1808), in *Obras Completas...*, vol. 5, p. 36.

de patriotas que enalteciam o orgulho nacional não anula antes reforça o vínculo religioso e político que a noção abstracta de pátria essencialmente comporta na narrativa histórica de José Acúrsio das Neves.

Em suma, o conceito de pátria significava a interiorização do primado da lei e da liberdade, a qual deveria verter-se na prática da honra e da virtude e no exemplo, isto é, na objectivação moral da cultura tribunicia e cívica dos repúblicos antigos, de acordo com as citações que José Acúrsio das Neves faz de Cícero e de Tito Livio. Segundo o mesmo modelo de celebração retórica e cívica, a guerra reaviva os exemplos antigos de Catão e de Bruto. No seu famoso *Manifesto da Razão contra as usurpações Francesas, oferecido à Nação Portuguesa e aos soberanos da Europa* (1808) fala, por isso, dos "Brutos e Catões da Nova Roma", numa alusão directa ao Império Napoleónico⁽⁹⁰⁾. Por esta referência perpassa a vertente historicista da heroicização cívica, reportada ao ideal de pátria e ao império da lei, o qual se contrapõe, a cada passo, ao domínio da escravidão, da corrupção e da tirania. A tragédia e o exemplo positivo de Catão e a equiparação do usurpador à lenda negra de César e de Octávio tornavam lícita a eliminação do tirano, isto é, de Napoleão Bonaparte. Como escrevia o historiador: "O verdadeiro bem da pátria exige dos seus filhos que em lugar de se unirem aos assassinos que a despedaçam, exponham valerosamente os peitos às balas para a salvarem"⁽⁹¹⁾.

Uma vez inscrito na memória colectiva, o afecto pátrio levado ao limite do sacrifício da vida passaria a ser, para as gerações vindouras, um novo farol de acção política. Recuperando as virtudes cívicas de abnegação e sacrifício e enaltecendo o respeito sagrado à lei, Acúrsio das Neves mimetiza o carácter religioso desse compromisso com estas enfáticas palavras, pronunciadas após as vitórias da Roliça e do Vimeiro, em Agosto de 1808: "*Já temos Pátria, dizem todos, já somos Portugueses, já gozamos da verdadeira Uberdade, daquela que subsiste com a obediência às leis e aos governos legítimos*"⁽⁹²⁾.

⁽⁹⁰⁾José Acúrsio das Neves, *Manifesto da Razão contra as usurpações Francesas, oferecido à Nação Portuguesa e aos soberanos da Europa* (1808) in *Obras Completas...*, vol. 5, p. 13.

⁽⁹¹⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. 3, in *Obras Completas...*, vol. 2, p. 12.

⁽⁹²⁾José Acúrsio das Neves, *A voz do Patriotismo na Restauração de Portugal e Espanha* (1808), in *Obras Completas...*, vol. 5, p. 43 (itálico nosso).

Compreende-se assim que a História tenha incorporado a memória dos libertadores e beneméritos da pátria e que os mitos e os heróis da guerra sobrevivam, por seu turno, à própria História. Segundo esta lógica, a herança moderna do nacionalismo oitocentista, precipitada pela revolução liberal de 1820 e profundamente trabalhada pelo Romantismo⁽⁹³⁾, não deixou de sublimar a refundação da memória da pátria, julgada, porfiada e resgatada com argumentos contraditórios, na sequência dos efeitos de sombra produzidos pela dramática experiência da guerra peninsular em Portugal.

⁽⁹³⁾Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal Oitocentista (1848-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.